Revista Investigações, Recife, v. 37, n. 1, p. 1 - 18, 2024
https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/index
https://doi.org/10.51359/2175-294x.2024.258356

Leituras de "O direito à literatura", de Antonio Candido

Paulo Roberto Barreto Caetano[*]
https://orcid.org/0000-0002-0804-6551

Luiz Henrique Carvalho Penido[**]
https://orcid.org/0000-0002-4673-9682

Resumo: O ensaio aborda leituras (André Cechinel, Fábio Durão e Marcos Natali) do emblemático texto de Antonio Candido para discorrer sobre os poderes atribuídos à Literatura em pesquisas realizadas no Profletras. Tal atribuição revelaria não apenas uma visão do que é texto literário, mas também um uso do objeto literário no ato de pesquisar. A hipótese levantada é de que a idealização dos efeitos da leitura é instrumentalizada num fim que resvala no positivista e no moralizante.
Palavras-chave: função da literatura. Antonio Candido. humanização. virada ética.

Readings of "The right to literature", by Antonio Candido

Abstract: The essay approaches readings (André Cechinel, Fábio Durão and Marcos Natali) of the emblematic text by Antonio Candido, to discuss the powers attributed to Literature in research developed at Profletras. Such attribution would reveal not only a view of what a literary text is, but also the use of the literary objects in research act. The hypothesis raised is that the idealization of the effects of reading is instrumentalized in an end that may slide into the positivist and into the moralizing intentions.
Key words: function of literature. Antonio Candido. humanization. ethical turn.

Lecturas de "El derecho a la literatura", por Antonio Cándido

Resumen: El ensayo aborda lecturas (André Cechinel, Fábio Durão y Marcos Natali) del texto emblemático de Antonio Candido para discutir los poderes atribuidos a la Literatura en las investigaciones realizadas en Profletras. Tal atribución revelaría no sólo una visión de lo que es un texto literario, sino también el uso del objeto literario en el acto de investigar. La hipótesis planteada es que la idealización de los efectos de la lectura se instrumentaliza en un final que se desliza hacia el positivista y moralizador.
Palabras clave: función de la literatura. Antonio Candido. humanización. giro ético.[1]

[*] Universidade Estadual de Montes Claros. Professor na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Doutor em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Autor de *Ensaios Avulsos* (2019) e *Ensaios, Orelhas e Prefácios* (2021). E-mail: paulorcaetano@yahoo.com.br.
[**] Universidade Estadual de Montes Claros. Professor na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Doutor em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: luiz.penido@unimontes.br.
[1] Agradecemos a Edson Sousa, professor de língua inglesa e espanhola, pela interlocução e leitura do texto, principalmente dos resumos em língua estrangeira.

Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada.
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR.

Introdução

Como professores do Profletras, um dos programas de mestrado da Unimontes, temos notado uma inércia no uso do texto "O direito à literatura", de Antonio Candido, algo parecido com o que aconteceria, supostamente, com a Alegoria da caverna, de Platão, um texto muito citado e, aparentemente, pouco lido. É como se o eco que viesse desses textos cristalizasse leituras que, por conseguinte, tornam-se quase axiomas: a literatura sempre humanizaria, o conhecimento sempre seria uma luz, respectivamente. "Humanizar" e "ser luz" entram numa fatura tão idealizada, vaga e moral quanto correta e indiscutível. Essa constatação vem da participação em bancas, da leitura de projetos e das reuniões de orientação, nas quais se vê o que ingressantes trazem como função do literário.

Não afirmamos que a leitura de literatura não traga benefícios. Isso pode ocorrer. O que está sendo colocado em pauta é a certeza quanto a isso e uma maneira pragmática de verificar o alegado ganho. Confiar num ganho certo é abraçar a generalização de que todo romance, conto, crônica, poema *etc*. conferiria aquilo que Candido vai falar sobre humanização. Além disso, é preciso lembrar que nem todo romance organiza, nem todo poema edifica: por vezes o texto literário desestabiliza (visões de mundo, maneiras de lidar com a linguagem...), gerando um não lugar e/ou um rearranjo, frequentemente com dor, daquilo que antes era estável.

Frente a isso, é preciso expor o requisito específico do programa: o Profletras demanda que o mestrando seja professor atuante no Ensino Fundamental, e sua pesquisa deva vir como "resposta" a um problema percebido em sala. Ou seja, a partir das aulas ministradas, o pesquisador deve ter constatado um déficit (problema); propor uma solução (hipótese); discorrer sobre bibliografia fundamentada e propor uma intervenção com sequência didática para as aulas (metodologia); mostrar relevância da pesquisa (justificativa) para os Estudos Literários (ineditismo, por exemplo) e para a escola (melhoramento do currículo escolar, com base, por exemplo, nas Habilidades da BNCC); objetivo geral (ação principal a ser feita, tocando em algo epistemológico e pedagógico); objetivos específicos (etapas para chegar ao objetivo geral). Esse seria o

material para começar um projeto, segundo as indicações de um programa que demanda atuação na escola.

A título de exemplo, poderíamos especular uma aula em que o professor percebeu que a maior parte da turma de 5º ano não entendeu, numa fábula, o motivo de um personagem animal falar, focando, o corpo discente, no absurdo do cotexto. Essa seria uma oportunidade para trabalhar, por exemplo, a noção de pacto ficcional no gênero "fábulas", e, a partir daí, um projeto pode ser proposto, com a devida revisão da fortuna crítica sobre esses tópicos (fábula, pacto ficcional *etc*.) e a sequência didática a fim de resolver a lacuna detectada. Isso seria um uso pragmático e epistemológico (como o programa demanda), em vez de formular questionários em que a turma responderia quão mais empática está depois de ler o texto literário. Isso traz problemas auto evidentes como, por exemplo, contar como verdade o relato da turma acerca de algo moral.

Voltando ao "Direito à Literatura", tendo em vista a recorrência de uma certeza quanto aos benefícios, alçados quase a patamares transcendentais, e pouco articulados aos objetos de pesquisa, consideramos profícuo abordar o texto de Antonio Candido, parte relevante da fortuna crítica dele, bem como uso de um eco nas dissertações feitas no programa. Disso nasceu um minucurso[2], já ministrado, e um projeto de pesquisa, o qual será desenvolvido a partir de 2024. O ensaio embrionário que se segue é uma espécie de relato do que foi trabalhado em tal circunstância e parte do que será desenvolvido oportunamente. O caminho feito na exposição é o seguinte: uma leitura cerrada de "O direito à literatura", considerações sobre a fortuna crítica (tendo em vista especificidades do mestrado profissional), especulações a serem discutidas quando implantado o projeto.

Por fim, vale expor que a pertinência (político-epistemológica), fluidez e densidade do texto de Antonio Candido é um dos motivadores desta produção. Ou seja, este ensaio vem como um convite à releitura do crítico, bem como uma reflexão sobre

[2] Realizado em 2022 no V Seminário de Pesquisa em Letras. Disponível em: https://www.even3.com.br/vseminariodepesquisaemletraseiiencontrodeegressos/. Acesso em: 15 out. 2022.

consistentes ecos que esse texto emana – como se daí pudéssemos especular não "somente" uma visão do literário, mas também uma fé na docência e na escola. Vem ainda, este ensaio, como convite à leitura da fortuna crítica presente no banco de dissertações do Profletras[3], no qual se pode ver um diálogo com um viés uspiano, atravessado por difuso sopro pedagógico, uma pressão espetáculo-midiática de feição biopolítica, bem como contingências escolares do Norte de Minas Gerais, tendo, como autores, pesquisadores que se desdobram entre trabalhar e estudar, muitas vezes sem bolsa acadêmica.

Candido e ensaísmo

Há várias maneiras de falar sobre Literatura e Direitos Humanos. Essa é uma das colocações com que o autor de *Vários Escritos* abre o ensaio. O avanço da técnica pode ter iludido alguns, que considerariam que tal melhoramento traria mais dignidade às

[3] Como colocado, o projeto procurará discutir que funções são atribuídas à literatura a partir de Candido, como se vê em Queiroz (2015, p. 29), o qual concebe uma aproximação entre Antonio Candido e Rildo Cosson pela atribuição abrangente de um ganho com o texto literário: "Compartilhando das colocações de Rildo Cosson sobre a literatura como forma de conhecimento, encontramos em Antonio Candido (2004) a defesa de que a Literatura é uma disciplina tão importante e fundamental para o desenvolvimento do ser humano porque é um veículo de instrução e educação eficaz em que os valores cultivados pela sociedade se materializam nas tramas do texto, pelas várias possibilidades de posicionamentos que o texto literário pode abarcar.". O pertencimento a diferentes correntes críticas e as especificidades de cada texto são obnubiladas em prol de um discurso messiânico colado ao literário. O trecho em pauta desconsidera a dialética que Candido traz em "O direito à literatura" ("A literatura confirma e nega, propõe e denuncia..."), uma verdadeira aporia irresolvível – e por isso sofisticada, dando conta da complexa tarefa que é falar ensaística e alusivamente de grandes textos literários que não se prestam a reduções morais e pedagogizantes --, como se harmonizasse com o viés pragmático da noção de letramento trabalhado por exemplo por Cosson e Junqueira (2011). Este, com mérito próprio, ainda que se valha da contribuição de Candido, não faz sociologia da literatura, pois, investiga, dentre outras coisas, como a leitura literária permite ao leitor uma emancipação, participar de determinadas circunstâncias; nas palavras de Cosson e Souza (2006, p. 102): "[...] o letramento feito com textos literários proporciona um modo privilegiado de inserção no mundo da escrita".
No segundo exemplo, Gonçalves aborda mais proximamente "O direito à literatura", atentando, inicialmente, para a dialética de Candido. Todavia, acaba incorrendo na mescla de discursos distintos e genéricos: "A literatura é mediadora do saber porque, por meio dela, as pontes para o conhecimento se constroem", Gonçalves (2015, p. 59-60), referindo-se a um ganho etéreo da leitura de literatura, (pensado por Mário Vargas Llosa em um texto da revista *Piauí*), o que é, em seguida, aproximado a Magda Soares, a qual, noutra perspectiva, discute alfabetização e letramento literário.

pessoas, numa reverberação utopista. Candido fala a partir de um contexto de virada no Brasil: a redemocratização. Os 21 anos de ditadura civil-militar (1964-1985) vêm como pano de fundo desse texto de 1988. O anseio de uma vida mais livre, em que se possa expressar sobre política abertamente, perpassa o ensaio, o qual é fruto de uma palestra. Esse é um ponto que merece ser explorado pela produção na pós-graduação: considerar o caráter ensaístico de "O direito à literatura", ou seja, abordá-lo como texto aberto a digressões. O ensaio em pauta é oriundo de uma fala, de uma palestra – isso não lhe traz demérito, apenas lhe confere um registro próprio, o qual concerne, por exemplo, à expectativa de um público capacitado que saberá reconhecer a miríade de referências e alusões que o fundamentam e atravessam; que saberá reconhecer generalizações que tangenciam recursos retóricos e epistemológicos, e não como verdades pedagógicas. Assim, quando Candido (2011, p. 169) comenta que há um avanço da irracionalidade ou que "[...] os mesmos meios que permitem o progresso podem provocar a degradação da maioria", há uma imprecisão e liberdade de raciocínio que não precisa ser justificada. Explicação tal não se faz necessária, como numa tese de sociologia seria feito; não se faz necessário mostrar a que aspecto da técnica ele se refere ou a que dado alude ao falar de "degradação da maioria". Tendo em vista a circunstância de proferimento, a obra construída e o horizonte esperado para o público da palestra, tais detalhamentos não são fulcrais como seriam se a tipologia textual fosse outra.

Um ensaio, como coloca Jean Starobinski (2012), é uma aventura do pensamento que, mesmo sendo um gênero mais livre, possui rigor próprio. O ensaísmo estaria mais para um sopesar (avaliar o peso de algo com a mão, sentido a partir do próprio corpo, com sua imprecisão e existencialidade autobiográfica e fundada), enquanto um artigo ou tese estaria mais para um pesar maquínico, no qual o aparelho de medição viria com outros métodos (mais científicos, alguém diria), mas ambos válidos, precisando eles ser considerados em suas especificidades.

O gênero ensaístico é uma circunstância para, como o nome sugere, pôr à prova ideias, arriscar leituras. Ou seja, tal tipologia se mostra, via de regra, aberta ao inacabado, sem pretensões totalizantes (diferentemente do que ocorreria em gêneros mais

totalizantes, como uma dissertação ou tese). Como coloca José Paulo Paes[4], em *O lugar do outro*, não há nessa tipologia o intento de ser erudito ou exaustivo; a brevidade e a clareza seria objetivos incontornáveis, como afirma o crítico e poeta paulista citando Massaud Moisés (Moisés *apud* Paes, 1999, p. 11). Além de límpido e fluido, o ensaio, como discorre Silvina Rodrigues Lopes, enseja um encontro de raciocínios pouco ortodoxos, nem sempre próximos à primeira vista, ao conceber "[...] conexões imprevisíveis" (Lopes, 2012, p. 130). Junções aparentemente díspares, saltos argumentativos, formariam a matéria do ensaio, um texto que carrega em si sequências de bases as mais diversas (dissertação, narração, digressão, especulação...), flertando com tipologias outras (crônica, artigo...) ao visar a uma exposição corajosa e não raramente inusitada sobre tema complexo. Não à toa, o pai do gênero, Michel de Montaigne, valia-se da estratégia de afirmar que narrava, para não ser pego pela Igreja: contando uma história (em vez de discursar ou dissertar sobre), eximia-se de ser visto como um herege categórico. Daí vem a ideia de o ensaio ser uma livre aventura do pensamento, mesmo tendo rigor.

É essa liberdade ensaística que permite a Candido falar que a insensibilidade do momento nega os avanços dos séculos XVIII e XIX, que originaram o Liberalismo. É essa liberdade que permite ao crítico dizer que o Liberalismo teria o Socialismo como sua a manifestação mais coerente. Essa liberdade de associações e filiações vai se juntar a outras generalizações, como

> Pensamos relativamente pouco [no suposto poder da então técnica de resolver mazelas sociais] [...]. Inversamente um traço sinistro do nosso tempo é saber que é possível a solução de tantos problemas e no entanto não se empenhar nela [...]. É claro que ninguém se empenha para isso aconteça [tolerar as grandes diferenças econômicas] [...]. No entanto, a irracionalidade do comportamento é também máxima [Comparativamente ao desenvolvimento da técnica]. (Candido, 2011, p. 169)

Os excertos mostram a liberdade de raciocínio considerando que há uma concordância na maneira de negar a opressão, não necessitando de contextualizar ou atribuir medida a algo que é praticamente imensurável, como a mencionada irracionalidade.

[4] Mais sobre o gênero ensaio pode ser lido em Caetano (2015).

Essa fluidez leva o ensaísta a desenvolver ligeiras oposições ao que ele próprio colocara: tribunal de Nuremberg seria um ícone de mudança, pois "[...] o mal é praticado, mas não proclamado [...] a sociedade sentiu que eles podem ser um fato de rompimento do estado das coisas." (Candido, 2011, p. 171). O segundo trecho traz uma rivalização em prol de um equilíbrio: quem existe... temeria uma revolta. Já a primeira citação indicaria um avanço, o qual diria respeito à não evidenciação do que seria o mal. Tal evidenciação ou noção de mal não são rigorosamente delimitadas no texto, todavia elas podem facilmente ser referenciadas pelos leitores que tenham repertório minimamente próximo à História do Século XX e/ou à Sociologia da Literatura. Ambas as possibilidades aí parecem remeter, por exemplo, ao texto de Theodor Adorno (1995), "Educação após Auschwitz", em que se assinala uma obrigação coletiva na escola de não deixar que a barbárie se repita, mostrando que haveria em práticas sociais violência tão cristalizada quanto subjetivadora, por coisificar certas coletividades.

É com essa provável alusão que o autor de "O direito à Literatura" coloca que no Brasil apenas alguns direitos são passíveis de serem concedidos. Seria aqui *permitido* ao outro ter casa, comida, escola, mas outros bens, como Dostoievski ou Beethoven, não. (cf. Candido, 2011, p. 172). Essa equiparação metonímica se refere a uma divisão proposta por Louis-Joseph Lebret acerca de bens compressíveis e incompressíveis. Estes correspondem aos que são inegáveis a alguém. Cosméticos e roupas supérfluas seriam exemplos de bens compressíveis, enquanto alimento, casa e roupa seriam incompressíveis. A polarização redutora é levemente nuançada por Candido ao expor que a incomprensibilidade variaria no tempo e no espaço. Alguém poderia defender que hoje um celular seria um bem inegável às pessoas, tendo em vista ele ser fundamental para comunicação com o mundo, localização de lugares, aquisição de informações, concentrando no aparelho ferramentas básicas para a sensação de dignidade.

Esta, no texto, tem um tom próprio: o espiritual. Incompressível seria aquilo que garante não só a integridade física, mas a espiritual também, a qual concerniria às "[...] necessidades mais profundas do ser humano, as necessidades que não podem deixar de serem satisfeitas sob pena de desordem pessoal, ou pelo menos frustração mutiladora" (Candido, 2011, p. 174). Como se vê, a erudição do autor o permite fazer rasantes conectivos pela História, Sociologia e Psicologia. Nesse sentido, a Literatura entra como

elemento fundamental para um equilíbrio psíquico, tendo em vista que ela, para o autor de "O direito à literatura", não se limitaria a romances ou poemas, mas englobaria um vasto espectro tipológico:

> Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático, em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações. (Candido, 2011, p. 174).

O sonho estaria para o sujeito, como ferramenta de equilíbrio psíquico individual, tal qual a literatura estaria para o equilíbrio social. Ainda que anteriormente o ensaio tenha feito referência a artistas tidos como eruditos, Dostoievski e Beethoven, Candido realiza um movimento democrático de incluir manifestações, não raramente, preteridas socialmente. Essa abordagem aparentemente frouxa acerca do literário, do ponto de vista metodológico, não seria desconhecimento acerca de pontos básicos da Teoria da Literatura, como um eventual leitor desavisado poderia inferir, mas sim recurso retórico e alusivo para fixar um ponto numa palestra e numa futura publicação. Nesse sentido, é fundamental que pesquisadores tenham cuidado ao tratar Antonio Candido como método; fundamental atinar para a distância e forma distintas daquilo que vigora, de um lado, numa palestra e num ensaio, e, no outro, no que é demandado numa pesquisa como a do Profletras.

Emblemático desse cuidado que se deve tomar ao ler Candido são os seguintes trechos:

> A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas; [...] Ela não *corrompe*, nem *edifica*, portanto, mas trazendo livremente em si o que chamamos bem e o que chamamos mal, humaniza em sentido profundo porque faz viver. (Candido, 2011, p. 175-176, destaques nossos).

Uma leitura desavisada do primeiro trecho poderia indagar de que literatura fala o autor de *Vários escritos* ao arrolar ações tão distintas. Todavia, é importante reiterar que "O direito à literatura" trata-se de uma palestra que posteriormente vem como ensaio; é fundamental colocar que seria desnecessário exemplificar qual romance confirmaria, qual conto negaria, qual poema proporia, qual crônica denunciaria... mais

desnecessário ainda (ou temerário) seria juntar todas essas ações num bloco de ganho em decorrência da leitura. O segundo trecho, por sua vez, da página 176, poderia ensejar uma pergunta sobre o uso de "livremente" (o que seria), se tais ganhos seriam exclusivos do texto literário, mas esses são pontos já bem discutidos em Teoria da Literatura. O tópico principal desse segundo trecho é que ele próprio já traz em si o aviso da cilada em que corriqueiramente pesquisas têm caído: contar, no corpo discente, com a literatura para edificação do leitor; colocar, o docente, na leitura, a função de criação da empatia, quase religiosa, para com o outro e também de avaliar quantitativamente tal preocupação para com outrem – não que tal sentimento e atitude não sejam importantes, afinal, empatia está na base na Filosofia, e muito ajuda num contexto hostil como o nosso. O temerário aí é querer medir algo que por si só é, metodologicamente, da ordem do imensurável, bem como se valer de uma leitura previamente enviesada. É mister lembrar, frente a isso, que bons personagens tendem a ser desprovidos de rótulos redutores (para citar apenas um entrave à leitura moralizante). Diante dessa postura metodológica, é importante ver como parte da fortuna crítica discute "O direito à literatura".

Comentadores de Candido

Tendo notado um messianismo atribuído a Candido (e não raramente também a Antoine Compagnon, em *Literatura para quê?*, que viria como uma muleta do crítico brasileiro, ainda que divirjam quanto à corrente crítica e quanto à proposta dos textos, como se Compagnon não fizesse um panorama de ares pessimistas, e Candido por sua vez, um elogio ao literário), já cogitávamos abordar o tema para pensar junto com colegas da área. Grata foi a surpresa quando vimos, posteriormente, que já havia algumas abordagens do tópico, cada um à sua maneira. André Cechinel, Fábio Durão e Marcos Natali escreveram recentemente sobre o texto de Candido e/ou a instrumentalização da literatura para fins morais.

Em "O ensino de literatura e a negatividade do literário", André Cechinel sinaliza dois movimentos complementares. Primeiro, sobre como a literatura demandaria uma temporalidade própria, distinta daquela, ansiogênica, exigida e exalada na escola, instituição que precisa responder a demandas sociais como aprovação da família e dos exames de admissão. Romances, poemas, contos, em seus investimentos na linguagem, solicitariam um esforço cognitivo que não se dá na urgência do tempo. Este seria inimigo de tal investimento. A esse primeiro movimento, resultado do contato do autor com os textos literários, de sua experiência *efetivamente* literária, digamos, acrescenta-se outro: a literatura não consigna uma formação mais humana na esteira de um retorno ontológico do sujeito ético, seja ele cidadão crítico ou sujeito empático, mas mobiliza a "intransitividade radical" de um discurso, o literário, que teria por premissa a desregulação de qualquer "[...] eu anterior à leitura" (Cechinel, 2018, p. 287). A literatura seria, assim, uma atividade negativa, espécie de artefato que nega simultaneamente o tempo produtivo – tempo-valor das sociedades parametrizadas do capital – e a produtividade de um eu que estaria, supostamente, à espera de seu reconhecimento, sua identificação – eu-valor do sujeito submetido a um processo formativo de caráter humanista em que ele se torne cidadão consciente, crítico, ético, portanto, útil para a coletividade.

Pensando-se, ainda, num contexto de "gestão do eu" (aludindo às redes sociais que exigem que o corpo esteja em voga, sendo postado diariamente) e de hiper estímulos[5] (fazendo referência às mesmas redes sociais que visam excitar com, por exemplo, fotos e vídeos sempre impressionantes dos mais variados temas, cores e movimentos a criarem uma ilusão de felicidade constante via dopamina), a literatura seria uma atividade negativa, coloca Cechinel, pois a palavra na página em branco seria nada (ou pouco) apelativa para o saciamento de desejos mais urgentes e/ou inócuos. A leitura de textos literários não teria como fim a produtividade. Ela precisaria ser, na medida do possível, desinvestida, de um lado, da urgência da cobrança, e de outro, do direcionamento moral *a priori* a fim de que o ato se dê de modo mais orgânico para com as especificidades do texto trabalhado *naquele* momento:

[5] Sobre hiper estímulo, *vide* Caetano (2021) acerca de "Cota Zero", de Drummond.

> [...] não é preciso ir muito longe para perceber que o enrijecimento prévio de uma "agenda moral ou política" promove encontros artificiais com as obras, que se veem desligadas daquela negatividade capaz de mobilizar o leitor, de desconstruir suas certezas anteriores à leitura. (...) o discurso das alteridades nos estudos literários, seja pela via do "humanismo" ou dos estudos "pós-humanos", por partir de teses que se antecipam ao efeito potencialmente disruptivo da leitura, acaba por neutralizar a alteridade que é a obra em si, fazendo-a migrar rumo ao "eu" do leitor crítico-teórico. (Cechinel, 2018, p. 9-10).

Como se vê, a defesa feita é de que a leitura deveria se abrir para a intransitividade textual, ver como o literário pode ser uma circunstância de ruptura para com temas e formas, uma experiência disruptiva para com ideais e para com a linguagem. "Negativo" no título aponta não só para o receio relativo à virada ética (*ethical turn*), mas também para a discordância em relação à urgência e hiper estímulos oriundos das redes sociais. A (re)leitura do literário (cf. Cechinel, 2018, p. 10) seria um convite à improdutividade, à perda de tempo e perda da linguagem. Esses convites, se aceitos, podem gerar desconforto e leitores "piores", pois eles poderiam ficar desarticulados (diante) das crenças que detinham, da linguagem que possuíam. A ética da literatura seria essa saída de si (negação do ideário de gestão de si, auto exposição de um eu egóico e moralmente agenciador) visando a uma abertura para o outro, como coloca o autor de "O ensino de literatura e a negatividade do literário". Esse gesto ético e a ênfase na especificidade do objeto literário abordado são tópicos mais demoradamente desenvolvidos em outro texto, o qual abordará a noção de acontecimento

Em *Ensinando literatura: a sala de aula como acontecimento* (2022), de Fabio Durão e André Cechinel, publicação mais recente em que as proposições do ensaio anterior são retomadas e aprofundadas, começa-se pela questão fundamental, tópico inicial de praticamente de todos os textos de iniciação à teoria e crítica literárias: o que distingue o texto literário? A resposta simples é que a literariedade não existe como algo em si, redutível e identificável por um olhar, seja especializado ou leigo. A literatura não ofereceria nenhum "[...] atributo ou característica, qualidade, traço, aspecto ou recurso composicional" (Durão; Cechinel, 2022, p. 14) capaz de promover o texto à qualidade de obra propriamente literária. Em compensação, permaneceria certa consistência interna, singularidade a serviço da mobilização de uma leitura continuada com o texto, um

pensar-junto que seria a prova da produtividade da obra – produtividade aqui entendida não segundo o modelo da força-trabalho interpretativa, da decodificação de um segredo, mas da produtividade negativa tateando hipóteses de leitura sempre frágeis e arriscadas. Esse, aliás, seria um dos elementos sedutores da Teoria da Literatura: tangenciar os objetos (e a própria teoria), sabendo que não há resposta definitiva, que ambos os discursos (o literário e o teórico) não se entregam prontamente, suscitando mais perguntas do que respostas, numa indução de cariz filosófico. Ou seja, cada texto literário demandaria um mergulho próprio, a fim de não só ter a experiência de leitura, mas também de saber como tal experiência se dá – daí o caráter autorreflexivo do trabalho crítico em oposição à leitura ingênua. O desafio em que essa empreitada se constitui é um risco: lançar-se no misterioso, no sem-garantia; às vezes, conseguimos lidar com um texto, às vezes, não. E lidar aí pode significar uma desarticulação do eu, que gera desconforto.

Durão e Cechinel (2022), apontam, de forma bem sintética, três caminhos para que esse acontecimento do pensar-junto encontre as condições de produtividade: a resistência à dinâmica da indústria cultural, a dessacralização da obra, a desumanização ou recusa aos usos éticos do texto literário. Reconhecendo-se o significativo esforço para resistir às seduções humanistas que operam no texto de Candido – sedução que pode ser percebida tanto na sua onipresença, como já mencionado, em trabalhos voltados para o ensino de literatura, de que o Profletras é o exemplo maior, mas também sua disseminação direta ou indireta em documentos oficiais e normatizadores do ensino no Brasil –, os três caminhos propostos levam igualmente a três impasses. A indústria cultural faz parte de uma configuração histórico-global a qual não se pode negar, e a dinâmica do capital simbólico associada à lógica dos rótulos opera um fluxo ininterrupto ao qual nenhum artefato artístico passará incólume. Decorrente dessa primeira suspeita, há outra: a de que as obras literárias há muito tempo foram dessacralizadas pelos leitores "ingênuos", talvez antes mesmo de ocorrer ao crítico especializado que essa dessacralização seria benéfica para a produtividade desses mesmos objetos. A própria separação entre leitores reflexivos e ingênuos carece de sustentação. Por fim, dessacralizada, a leitura literária recebe uma liberdade até então recusada, inclusive quando leitores reais propõem leituras éticas e/ou moralizantes dessas obras que podem

ou não minar suas intenções a depender dos percursos de leitura e contextos particulares e não por determinada consistência da obra. Talvez, o que a negatividade de Durão e Cechinel (2022) nos mostre do ponto de vista teórico é sua insuficiência; será preciso radicalizar ainda mais para que esse movimento reflua como oportunidade para pensar o literário em outra chave. Apesar disso, os autores conseguem, em alguma medida, desarmar questões tornadas unânimes, as vezes com a melhor das intenções, em certos círculos de ensino e pesquisa nos quais reverberam as noções positivas de Candido.

Vale ressaltar ainda, retomando a noção de pensar-junto motivada pela consistência e produtividade negativa das obras, a despeito dos problemas que apontamos, que esse incômodo pode ser um indício daquilo que Candido chama de humanização. Multiplicar em matizes as possibilidades de sentir, entrar em contato com uma materialidade dialética, dentre outros possíveis ganhos, orbitariam tal noção. Nesse sentido, "Além da literatura", de Marcos Natali, é incontornável. O texto do professor da USP lembra que "O direito à literatura" reverbera o espírito *Weltliteratur*; traz em si, em Goethe, a poesia como patrimônio mundial. Somado a isso, há, a esperança oriunda da redemocratização depois da ditadura 1964-1985, como já colocado neste ensaio.

Uma das noções de política que fulgura no texto de Candido é a da cultura como força dotada de positividade que transformará as pessoas, diferentemente da visão de que já haveria uma politização antes da vivência pedagógica. Assim a (sala de) aula poderia se formar e ser formadora. Entra aí a humanização que dirá respeito ao "[...] exercício da reflexão, aquisição do saber e o desenvolvimento da percepção de complexidade do mundo". (Natali, 2020, p. 28-29). Essa capacidade de restauração da ordem no mundo viria com arranjos especiais da palavra. O leitor pode daí deduzir que além de passar pela Sociologia da Educação, Candido parece acenar para aspectos do Formalismo Russo, principalmente no que diz respeito ao elogio do texto em sua capacidade de, pelo investimento num arranjo sintático, tirar o indivíduo de um estado de embotamento. Essas esperanças são tidas como potenciais, e não devem ser tomadas como método em sala de aula, em pragmáticos questionários que afeririam supostos ganhos subjetivos por parte dos leitores. Fazer isso é atribuir um positivismo que inexiste nos protocolos do Profletras; a dimensão mensurável que normalmente é demandada concerne, via de regra, a habilidades checáveis, como algumas listadas na BNCC.

Por fim, Natali faz uma provocação que pode ser levada à prática docente das pesquisas que se valem de Candido: e se o canto do índio não fosse tomado por este como ficção? E se literatura e Justiça não convergirem? "E se o índio hipotético de Candido, ao cantar e evocar a Lua, entendesse a atividade como uma maneira de estar com uma divindade, não um modo de humanização?" (Natali, 2020, p. 32). Sondar o que é ficção e refinar o que seria justiça seria uma tarefa profícua nesses contextos. Dessas duas perguntas, poderíamos especular outras: e se o processo de humanização das turmas hoje se der mais efetivamente em outros sistemas semióticos, outras instâncias (*games*, *podcasts*, séries de *streaming*...) de produção ficcional? Mas se se der tal experiência de leitura na literatura (considerando romances, contos, crônicas...), como resolver a tensão entre abrir-se ao outro e ensejar a expressão de si? E se os efeitos da leitura forem mais da ordem do desarranjo e da ruptura do que da formação moral? E, se assim forem, o que a persistência dos arranjos morais nos diz sobre a literatura? Quais textos gerariam efeitos tais? Mais do que fixar de antemão o efeito, como conceber uma aula em que ocorra uma experiência estética e cognitiva, despreocupada com *virtue signaling a priori* e ao mesmo tempo sob o constante assombro de sua volta?

Considerações finais

É sedutor atribuir a uma disciplina um poder tal como aumento da empatia. Ainda que isso ocorra, é preciso atentar para o imensurável dessa operação do ponto de vista metodológico. Nesse sentido, o texto de Candido é uma aula de metodologia, levando em conta o que ele é: uma palestra, um ensaio. Este fulgura como um pensamento que se experimenta, que se sabe incompleto, e que traz uma solução contundente (e provavelmente provisória) para um problema complexo.

A complexidade se faz presente ainda na proposta de um programa de mestrado profissional, no qual o pesquisador precisa passar por aquilo que um estudante de mestrado acadêmico faz (ler e escrever sistematicamente) e ainda atuar em sala de aula, isto é, constatar um problema a ser resolvido, especular uma hipótese... e, assim, seguir

o caminho já descrito aqui. Esse caráter anfíbio do Profletras demanda do pesquisador uma desenvoltura metodológica que pode se valer (nos capítulos crítico-teóricos da dissertação) da força política que "O direito à literatura" traz. Todavia, convém, ao que parece, que a fundamentação da sequência didática se valha de um viés ensaístico, sabendo de sua dimensão experimental, tendo cuidado com atribuições morais ao texto.

Nesse sentido, convém expor que este ensaio diz respeito a um projeto em vias de implantação, o qual, por motivos metodológicos, limita-se a discutir a função da literário a partir de "O direito à literatura". Esse objetivo é "apenas" parte do esforço para entender um cenário multifacetado e complexo: especula-se que o gosto pelo letramento e o desejo de moralizar o texto literário, por parte de mestrandos, dá-se também devido a quatro vetores: a) a força político-epistemológica da Linguística e da Pedagogia dentro da universidade, gerando adesão rápida ao conceito de letramento (que se mostra *prático* dentro do pragmatismo escolar e recompensador por catapultar, supostamente, o estudante a outro patamar social[6]); b) um afã desconstrucionista, provavelmente oriundo de alguma noção vinda de correntes críticas francesas a partir de 1968, que procuraram rever o lugar de grupos marginalizados, o que é feito, hoje, nalgumas dissertações a serem abordadas, com certo positivismo (com, por exemplo, pragmáticos questionários acerca da empatia despertada pelo texto literário) imiscuído ao ensaio de Candido; c) uma recorrente *virtue signaling* advinda provavelmente de, antes, forças da sociedade do espetáculo e, *agora*, de forças biopolíticas, em que a vigilância e a exibição em redes sociais é uma tônica – não basta dar aula, é preciso fazê-lo mostrando um gesto ético em plataformas digitais; e d) a forte politização do país desde 2013, em que instituições artísticas, culturais e escolares estão cada vez mais em disputa por parte dos espectros políticos polarizados (o que significa, por exemplo, num âmbito macro, exposições artísticas sendo fechadas[7], tensionamento entre os Poderes[8]; e num âmbito micro, famílias intervindo nas listas de livros indicados pelos professores de literatura[9]).

[6] "O indivíduo letrado [...] é não só aquele que sabe ler e escrever mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita [...] responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita." (Soares, 2009, p. 40).

[7] Como na espetacularização que ocorreu na "Queer museum", conforme Balieiro (2022).
[8] O que se veria por exemplo em agenciamentos protagonizados pelo STF, conforme Lunardi (2020).
[9] Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/07/10/interna_gerais,882496/pais-do-santo-agostinho-questionam-ensino-de-diversidade-sexual.shtml. Acesso em: 23 jul. 2022

Esses quatro fatores, cada um, demandariam projetos próprios. Assim, o presente ensaio aborda um aspecto de um cenário intricado, a fim de refletir sobre as possiblidades do texto literário a partir de Candido. Este, com sua obra incontornável, permite pensar tensões entre democracia e literatura, funções do literário, bem como refletir sobre o ensino, seja no âmbito escolar, seja no universitário.

Referências

ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação** Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BALIEIRO, Fernando. Uma sociologia do escândalo da Mostra Queer museum: disputas de enquadramento midiático entre o jornalismo profissional e o Movimento Brasil Livre. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 37, n. 2, p. 551-573, maio-ago.2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/se/a/F7575JWYKBMXzhLxWjhMywh/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: Acesso em: 1 nov. 2023.

CAETANO, Paulo R. B. "Cota Zero" e hiper estímulo: Literatura como resposta ao real (uma possibilidade). *In*: CAETANO, Paulo. **Ensaios, Orelhas e Prefácios**. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. p. 31-45. Disponível em: https://www.academia.edu/62695908/Ensaios_Orelhas_e_Pref%C3%A1cios_Livro_de_Paulo_Caetano. Acesso em: 2 nov. 2023.

CAETANO, Paulo R. B. **Memória e estranhamento em poemas, traduções e ensaios de José Paulo Paes.** 212 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ECAP-9W8L4G/1/tese___paulo_caetano.pdf. Acesso em: 23 jul. 2022.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. *In*: CANDIDO, Antonio. **Vários Escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.

CECHINEL, André. O ensino de literatura e a negatividade do literário. **Revista Proposições**, Campinas, v. 29, n. 2, p. 285-298, maio/ago. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pp/a/B3byKMLBd9Txk6Dsq8wZ5nh/?format=pdf Acesso em: 12 set. 2022.

COSSON, Rildo; JUNQUEIRA, R. Letramento literário: uma proposta para a sala de aula. **Caderno de Formação:** formação de professores, didática de conteúdos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, v. 2, p. 101-108.

COSSON, Rildo. **Letramento literário:** teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006.

DURÃO, Fabio; CECHINEL, André. **Ensinando literatura:** a sala de aula como acontecimento. São Paulo: Parábola, 2022.

GONÇALVES, Fábio José. **Letramento literário**: do acesso à leitura à formação leitora. 126 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, 2013. Disponível em: https://www.posgraduacao.unimontes.br/uploads/sites/14/2018/11/DISSERTA%C3%87%C3%83O-F%C3%81BIO-PRONTA-PARA-CD.pdf Acesso em: 20 abr. 2023.

LOPES, Silvina Rodrigues. **Literatura, defesa do atrito**. [*s. l.*]: Chão de Feira, 2012.

LUNARDI, Fabrício C. Os poderes hipertróficos do relator no STF, o desmembramento institucional e o golpe de estado jurídico. **Rev. Investig. Const**., Curitiba, vol. 7, n. 3, p. 877-899, set./dez. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rinc/a/n9YkCvMbZMDkhN569FWddhv/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 02 nov. 2023.

NATALI, Marcos. **A literatura em questão**. Campinas: editora Unicamp, 2020.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2004. In PAES, José Paulo. **O lugar do outro**: ensaios. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

PROFLETRAS. **Regimento**. Cap. 6. Disponível em: https://profletras.ufrn.br/funcionamento/regimento#.YfipirrMLcc Acesso em: 14 out. 2022.

QUEIROZ, Ana Paula Ferreira de. **Intermidialidade:** discursos marginais em *Tô pedindo trabalho*, de Terezinha Alvarenga e a experiência social de adolescentes em situação de risco. 118 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, 2015. Disponível em: https://www.posgraduacao.unimontes.br/uploads/sites/14/2018/11/DISSERTA%C3%87%C3%83O-Ana-Paula-Ferreira-Queiroz.pdf Acesso em: 20 abr. 2023.

SOARES, Magda. **Letramento:** um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

STAROBINSKI, Jean. É possível definir o ensaio? Tradução: André Telles. **Revista Serrote**, São Paulo, n. 10, p. 43-61, Instituto Moreira Sales, mar. 2012.

Recebido em 27/04/2023.
Aprovado em 20/11/2023.